

Relatório Completo 06/01/2016 às 11:07:25

Total de (9) Proposições.

### PRS 321/2015

**Autor:** Rodrigo Nogueira

**Relator:** Gabriel Rodrigues

**Status:** em acompanhamento **Tema:** Tributação **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

<b>Foco</b>	teste foco modificado em 07/12/2015 às 14:29
<b>O que é</b>	teste o que e modificado em 07/12/2015 às 11:24
<b>Situação</b>	teste situacao modificado em 07/12/2015 às 11:24
<b>Nossa Posição</b>	teste nossa posicao modificado em 07/12/2015 às 11:24

### PRS 123/5122

**Autor:** Rodrigo Nogueira Costa

**Relator:** Gabriel Rodrigues Pipo

**Status:** em acompanhamento **Tema:** Tributação **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

<b>Foco</b>	fasdfasdf modificado em 05/12/2015 às 19:58
<b>O que é</b>	asdfasdf modificado em 05/12/2015 às 19:58
<b>Situação</b>	asdfasdfasd modificado em 05/12/2015 às 19:58
<b>Nossa Posição</b>	fasdfads modificado em 05/12/2015 às 19:58

### PEC 107/2015

**Autor:** Senadora Lucia Vania (PSB/GO) e outros

**Relator:**

**Status:** em acompanhamento **Tema:** Tributação **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

<b>Foco</b>	amplia a base de incidência do ICMS na importação de bens Agora PEC 150/2015 (Câmara) modificado em 14/10/2015 às 15:45
<b>O que é</b>	Permite a incidência do ICMS na entrada de bem proveniente do exterior, ainda que a importação seja relativa à operação de arrendamento mercantil com ou sem possibilidade de transferência ulterior de propriedade.

modificado em 29/09/2015 às 12:48

## Situação

28/09/2015 - CCJ - 28/09/2015 - INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

modificado em 29/09/2015 às 12:48

## Nossa Posição

DIVERGENTE

Atualmente, se não houver transferência de propriedade do bem arrendado, não há incidência do ICMS, pois o leasing configura locação do bem, não havendo modificação da propriedade.

Essa opção de leasing é adotada por todas as nossas associadas. Portanto, a PDC é altamente prejudicial às empresas aéreas.

modificado em 29/09/2015 às 12:48

## PDC 4/2015

**Autor:** Chico Alencar - PSOL/RJ E OUTROS

**Relator:**

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Tributação

**Prioridade:** Não

**Notas Técnicas:** Não

## Foco

Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS

modificado em 29/09/2015 às 12:31

## O que é

Susta os efeitos do Decreto nº 8.395/2015 que altera o Decreto nº 5.059/2004 e o Decreto nº 5.060/2004.

Em sua justificativa, os autores alegam que o Decreto nº 8.395/2015 ?aumenta fortemente os preços dos combustíveis, em mais de R\$ 0,22 por litro de gasolina e R\$ 0,15 por litro de óleo diesel, por meio do aumento da alíquota de PIS/COFINS e da CIDE. Tal aumento causa severos prejuízos à população, seja aquela que utiliza automóveis, seja a que utiliza transporte público.?

modificado em 29/09/2015 às 12:31

## Situação

01/07/2015 - Comissão de Minas e Energia ( CME ) - 09:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta a requerimento aprovado do Deputado Fernando Marroni.

modificado em 29/09/2015 às 12:31

## Nossa Posição

DIVERGENTE EM TERMOS

O Decreto que se procura sustar aumenta as alíquotas da contribuição do PIS/PASEP e da COFINS para gasolina e óleo diesel, alterando, em seu art. 1º, o Decreto nº 5.059/04,

No seu art. 2º, altera também o Decreto nº 5.060/04 que, de sua vez, reduziu a zero a alíquota da CIDE incidente sobre querosene de aviação, e outros combustíveis.

A aprovação do PDC nos termos propostos, ou seja, a sustação do decreto em sua integralidade, acarretará sério prejuízo para as empresas aéreas, que se utilizam de querosene de aviação, para o

qual a alíquota da CIDE é zero atualmente.

Sugere-se entendimento com o Relator para que a sustação seja limitada ao art. 1º do Decreto nº 8.395/2015, mantendo-se em vigor o art. 2º do mesmo.

modificado em 29/09/2015 às 12:31

### PL 96/2015

**Autor:** Deputado Alceu Moreira - PMDB/RS

**Relator:**

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Tributação

**Prioridade:** Não

**Notas Técnicas:** Não

#### Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:17

#### O que é

Dispõe sobre a incidência das contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social nas operações de venda de gasolina de aviação.  
modificado em 29/09/2015 às 12:17

#### Situação

24/09/2015 - Comissão de Finanças e Tributação ( CFT )  
Encaminhada solicitação ao Ministério da Fazenda.  
modificado em 29/09/2015 às 12:17

#### Nossa Posição

INDIFERENTE

As empresas aéreas não se utilizam de gasolina de aviação, mas de querosene de aviação.  
Sugerimos excluir o PL de nossa Agenda.

modificado em 29/09/2015 às 12:17

### PEC 140/2012

**Autor:** Deputado Assis Carvalho (PT/PI)

**Relator:** Deputado Ricardo Berzoini (PT-SP)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Tributação

**Prioridade:** Não

**Notas Técnicas:** Não

#### Foco

Incidência de IPVA sobre aeronaves  
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:17

#### O que é

Altera o inciso III do art. 155 da Constituição Federal para determinar que seja o imposto incidente sobre veículos automotores terrestres, aéreos e aquáticos.  
modificado em 28/09/2015 às 16:17

<b>Situação</b>	CD - Mesa Aguardando constituição de Comissão Temporária modificado em 28/09/2015 às 16:17
<b>Nossa Posição</b>	<p>DIVERGENTE</p> <p>Projeto apensado à PEC 283/2013, com parecer do Relator, Deputado Ricardo Berzoini, pela admissibilidade. A PEC 283/2013 prevê a incidência do IPVA sobre veículos automotores terrestres, aéreos e aquáticos, porém exclui da tributação os veículos aquáticos e aéreos de uso comercial, destinados à pesca e ao transporte de passageiros e de cargas. Neste caso, a justificativa para exclusão de aeronaves comerciais é que as mesmas se destinam a uso coletivo, enquanto as demais a uso privado.</p> <p>Trata-se de mais uma iniciativa irracional de aumento de tributos, porquanto as embarcações e aeronaves já são sujeitas ao pagamento de substanciais contribuições, taxas e tarifas pelo uso dos meios aquaviários e do espaço aéreo.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:17</p>

## PL 5569/2013

**Autor:** Deputado Alexandre Leite (DEM/SP)

**Relator:** Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Tributação

**Prioridade:** Não

**Notas Técnicas:** Não

<b>Foco</b>	<p>desoneração tributária</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:14</p>
<b>O que é</b>	<p>Altera a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, retirando a incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - Cide sobre a importação e comercialização no mercado interno de gasolina e querosene de aviação.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:14</p>
<b>Situação</b>	<p>CD - CVT: em 15/04/2015 a Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição nos termos do Art. 41, VI do RICD 29/04/2015, já tendo o PL parecer favorável do Dep. Alexandre Toledo. Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Viação e Transportes (CVT)</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:14</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>CONVERGENTE</p> <p>O PL propõe a desoneração dos combustíveis de aviação, para assegurar às empresas brasileiras melhores condições de competição com suas congêneres estrangeiras, tornando definitiva a não-incidência da Cide sobre os combustíveis em tela.</p> <p>Trata-se de medida oportuna que trará benefícios aos consumidores em razão da provável redução dos preços das passagens aéreas decorrente da desoneração fiscal proposta</p>

modificado em 28/09/2015 às 16:14

## PL 3046/2011

**Autor:** Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)

**Relator:** Deputado Raul Lima (PP/RR)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Tributação

**Prioridade:** Não

**Notas Técnicas:** Não

### Foco

desoneração tributária

Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver site CD)

modificado em 28/09/2015 às 16:12

### O que é

Altera a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, para dispor sobre isenção do pagamento da tarifa aeroportuária.

modificado em 28/09/2015 às 16:12

### Situação

CD ? Mercosul Aguardando Parecer do Relator Dep. Arthur Oliveira Maia (SD-BA) na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. (MERCOSUL)

modificado em 28/09/2015 às 16:12

### Nossa Posição

CONVERGENTE

O PL acrescenta ao art. 1º da Lei nº 7.920/89, novo § 2º, para isentar do pagamento do ATAERO incidente sobre a tarifa de embarque internacional, o passageiro de voo destinado a países do Mercosul.

Trata-se de medida oportuna que trará benefício econômico aos passageiros que embarcam no Brasil com destino países do MERCUSUL ou a países a ele associados, incrementando o fluxo de passageiros e, por conseguinte, contribuindo para o processo de integração regional.

modificado em 28/09/2015 às 16:12

## PLP 20/2003

**Autor:** Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

**Relator:** Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Tributação

**Prioridade:** Não

**Notas Técnicas:** Não

### Foco

ICMS sobre querosene de aviação

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:10

### O que é

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.?

modificado em 28/09/2015 às 16:10

---

**Situação**

CD ? 06/02/2015 ?Desarquivado. Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN); Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

modificado em 28/09/2015 às 16:10

---

**Nossa Posição**

CONVERGENTE

O PLP 20/03 altera dispositivos da Lei Complementar nº 87/96, para permitir que o ICMS possa ser cobrado mediante incidência monofásica, mesmo ocorrendo operação interestadual. Ao PLP 20/03 foi apensado o PLP 25/03, com idêntica finalidade. Tanto o projeto principal, como o apensado, cumpre com perfeição a norma de definição dos combustíveis e lubrificantes sujeitos à cobrança unifásica, nos termos exigidos pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001, que alterou as normas do ICMS para permitir a referida incidência monofásica. Ambos os PLPs incluem o querosene de aviação na extensa lista dos combustíveis sujeitos à incidência monofásica, o que poderá permitir redução nos preços dos tributos incidentes.

modificado em 28/09/2015 às 16:10

---